

**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ASSENTAMENTO RURAL  
CUPIM, MUNICÍPIOS DE SAMPAIO E CARRASCO BONITO/TOCANTINS**

**THE FOOD ACQUISITION PROGRAM IN THE RURAL SETTLEMENT CUPIM,  
MUNICIPALITIES OF SAMPAIO AND CARRASCO BONITO/TOCANTINS**

**EL PROGRAMA DE COMPRA DE ALIMENTOS EN EL ASENTAMIENTO RURAL  
CUPIM, MUNICIPIOS DE SAMPAIO Y CARRASCO BONITO/TOCANTINS**

**Marta de Souza Vieira**

Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT),  
Araguaína-TO, Avenida Paraguai, s/nº - Setor Cimba, 77824-838  
martasousa1212@hotmail.com

**Antonio dos Santos Sousa**

Mestrando em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais pela Universidade Federal do Norte do Tocantins  
(UFNT), Araguaína-TO, Avenida Paraguai, s/nº - Setor Cimba, 77824-838  
sousatio@hotmail.com

**Maurício Ferreira Mendes**

Professor do curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais  
da UFNT, Araguaína-TO, Avenida Paraguai, s/nº - Setor Cimba, 77824-838  
mauricio.mendes@uft.edu.br

**Tatiane Marinho Vieira Tavares**

Professora do curso de Biologia da UFNT, Araguaína-TO, Avenida Paraguai, s/nº - Setor Cimba, 77824-838  
tatianetavares@uft.edu.br

**RESUMO:** O Programa de Aquisição de Alimentos, desde a sua implementação em 2003, fomenta a oferta de alimentos, de acordo com as especificidades de cada território e permite que os camponeses definam suas próprias estratégias de produção. Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar a atuação do Programa de Aquisição de Alimentos, no assentamento rural Cupim, localizado nos municípios tocantinenses de Sampaio e Carrasco Bonito, tendo por base a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional dos beneficiários da política pública, tanto os camponeses, quanto as pessoas atendidas pelas entidades sociais receptoras participantes do programa. Para consecução do objetivo proposto, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e documental; coleta de dados; e, elaboração de representação cartográfica, sendo este realizado por meio dos softwares livres Spring 5.4.3 e QGis 2.18. Os resultados mostram que o projeto de acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos, referente ao período de 2020/2021, do assentamento rural Cupim, atendeu 44 camponeses que produziram 71.062 quilogramas de alimentos, estes geraram recursos financeiros no valor de R\$ 320.000,00. Contudo, conclui-se que o Programa de Aquisição de Alimentos precisa ser consolidado como uma política pública de Estado, com recursos financeiros disponibilizados no orçamento da União.

**Palavras-chave:** Agricultura camponesa, Políticas públicas, Tocantins.

**ABSTRACT:** The Food Acquisition Program, since its implementation in 2003, has been promoting the supply of food, according to the specificities of each territory and allowing peasants to define their own production strategies. Thus, the objective of this research was to analyze the performance of the Food Acquisition Program, in the rural settlement Cupim, located in the Tocantins, municipalities of Sampaio and Carrasco Bonito, based on the promotion of Food and Nutrition Sovereignty and Security of the beneficiaries of the public policy, both the peasants and the people served by the receiving social entities participating in the program. To achieve the proposed objective, the following methodological procedures were adopted: bibliographic and documental research; data collect; and elaboration of cartographic representation, this being carried out through the free software Spring 5.4.3 and QGIS 2.18. The results show that the access project to the Food Acquisition Program, period 2020/2021, of the rural settlement Cupim, serves 44 peasants who produce 71,062 kilograms of food, which generate financial resources in the amount of R\$ 320.000,00. However, it is concluded that the Food Acquisition Program needs to be consolidated as a public policy of the State, with financial resources guaranteed in the Union's budget.

**Keywords:** Peasant agriculture, Public policy, Tocantins.

**RESUMEN:** El Programa de Adquisición de Alimentos, desde su implementación en 2003, incentiva el abastecimiento de alimentos, de acuerdo con las especificidades de cada territorio y permite a los campesinos definir sus propias estrategias productivas. Así, el objetivo de esta investigación fue analizar el desempeño del Programa de Adquisición de Alimentos, en el asentamiento rural Cupim, ubicado en los municipios tocantineses de Sampaio y Carrasco Bonito, a partir de la promoción de la Soberanía y la Seguridad Alimentaria y Nutricional de los beneficiarios de política pública, tanto de los campesinos como de las personas asistidas por las entidades sociales receptoras participantes del programa. Para lograr el objetivo propuesto, se adoptaron los siguientes procedimientos metodológicos: investigación bibliográfica y documental; recolección de datos; y, elaboración de una representación cartográfica, la cual se realizó utilizando el software libre Spring 5.4.3 y QGIS 2.18. Los resultados muestran que el proyecto de acceso al Programa de Adquisición de Alimentos, referente al período 2020/2021, del asentamiento rural Cupim, atendió a 44 campesinos que produjeron 71.062 kilogramos de alimentos, estos generaron recursos financieros en el valor de R\$ 320.000,00. Sin embargo, se concluye que el Programa de Adquisición de Alimentos necesita consolidarse como una política pública de Estado, con recursos financieros disponibles en el presupuesto de la Unión.

**Palabras clave:** Agricultura campesina, Políticas públicas, Tocantins.

## 1. INTRODUÇÃO

O estado do Tocantins é diverso culturalmente, tendo em seu território rural a presença de camponeses, assentados da reforma agrária, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, quilombolas e povos indígenas. Porém, durante todo o processo histórico, esses povos foram marginalizados no campo das políticas públicas e dos direitos aos seus próprios territórios. Contudo, a partir da década de 2000, as políticas públicas que de fato beneficiem esses grupos sociais, foram implementadas, entre elas, podemos citar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, doravante).

O PAA foi instituído pela Lei Federal nº 10.696, de 02 de julho de 2003 (BRASIL, 2003), no seu artigo 19, inciso III, afirma que a política tem o objetivo de “promover o acesso a alimentação em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano a alimentação adequada e saudável” (BRASIL, 2003, p. 8). Portanto, o PAA na sua concepção está intrinsecamente relacionado à alimentação e a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN, doravante), estes devem ser indubitáveis a todos os brasileiros, conforme preconiza o artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

O PAA foi institucionalizado para dar apoio à comercialização, que é um dos gargalos da agricultura camponesa, aproximando os camponeses do poder público local, por meio do acesso aos mercados institucionais (MENDES, 2017). Segundo Conceição (2015), vários países da Europa, como a França, por exemplo, realizam compras públicas diretamente de camponeses, associações e cooperativas familiares, ou seja, são priorizadas pelos gestores públicos, o que reflete em benefícios para a comunidade local e/ou regional. Porém, o Brasil na atualidade vem desmantelando e extinguindo as poucas políticas públicas direcionadas para atender esse público, como por exemplo, o PAA, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), o Programa Nacional de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, entre outras, o que contribuiu para que o país voltasse a configurar no mapa da fome em 2018.

Para mudar esta realidade são necessários investimentos em políticas públicas de enfoque em SSAN, como o PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE, doravante) e a Política Nacional de Territórios da Cidadania, visto que os camponeses com suas estratégias de produção, muitas vezes agroecológicas, podem produzir alimentos diversificados para o consumo próprio e para atender famílias em vulnerabilidade social e econômica.

Segundo a Conab (2012) há diferentes modalidades no PAA, como Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Formação de Estoque e incentivo à produção leiteira, esta última operacionalizada apenas no Nordeste e norte de Minas Gerais. Contudo, as informações disponibilizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em seu website institucional, são apenas para as modalidades do PAA-Compra com Doação Simultânea e do PAA-Formação de Estoque. Dentre as modalidades do PAA, a mais acessada no Tocantins, tanto em quantidade de camponeses, quanto em recursos financeiros é a modalidade Compra com Doação Simultânea (CONAB, 2022).

Subsidiado no exposto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a atuação do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Compra com Doação Simultânea (PAA-CDS, doravante) no assentamento rural Cupim, localizado nos municípios de Sampaio e Carrasco Bonito, ambas situadas no Tocantins, entre 2020 e 2021, tendo por base a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional dos beneficiários da política pública, tanto os camponeses, quanto as pessoas atendidas pelo programa.

Quanto à metodologia, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: 1) pesquisa bibliográfica e documental sobre a política pública PAA e temas relacionados, como a

SSAN, os mercados institucionais e a comercialização, além de assentamentos rurais; 2) coleta de dados e informações em órgãos públicos, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); e 3) elaboração de representação gráfica, sendo este realizado por meio dos softwares livres Spring 5.4.3 e QGIS 2.18.

Sendo assim, analisou-se neste estudo, o projeto PAA-CDS desenvolvido pelos camponeses do assentamento rural Cupim, municípios tocantinenses de Sampaio e Carrasco Bonito, que se iniciou em 2020 e encerrou-se em 2021. Esse período de análise se deve ao fato de ser o projeto PAA mais recente operacionalizado pela Associação Comunitária dos Lavradores do Projeto de Assentamento Cupim (ALPAC).

Para elaboração dos mapas de localização e temáticos, foi utilizada a imagem do ano de 2021, do satélite Landsat-8, sensor Operational Land Imager – OLI. A imagem possui a seguinte órbita/ponto 223/64, sendo obtida de forma gratuita no website do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) referente a data de 01/07/2021. A imagem foi processada no Sistema de Informações Geográficas Spring, versão 5.4.3 (CÂMARA *et al.*, 1996).

Em seguida foi criado um Banco de Dados Geográficos (BDG), no BDG a imagem de 2021 foi importada para o georreferenciamento da cena de 2021. Após esta elaboração do mosaico, este foi recortado em formato shapefile. A classificação da imagem foi realizada a partir dos seguintes elementos, como localização da área de estudo, classes de cobertura vegetal, padrão, cor e forma (FLORENZANO, 2011); e logo após efetuou-se a classificação, por meio do sistema do classificador Bhattacharya. Por fim, no software QGIS 2.18 foram elaborados os layouts dos mapas, bem como os valores das classes temáticas de cobertura vegetal, uso da terra e classes de solos.

Para atingir o objetivo proposto, o presente artigo está organizado com esta introdução, considerações finais e referências bibliográficas, além de três tópicos. No primeiro tópico, discorreu-se de forma breve sobre a conexão entre os objetos desta pesquisa, a saber: PAA, SSAN e assentamentos rurais. No segundo tópico, explanou-se sobre a conjuntura atual assentamento rural Cupim, destacando a cobertura vegetal, uso da terra e classes de solo. Já no terceiro tópico, priorizou-se a análise sobre a experiência do PAA-CDS (2020/2021) no assentamento rural Cupim, com ênfase na promoção da SSAN entre os beneficiários da política pública.

## 2. O PAA, A SSAN E OS ASSENTAMENTOS RURAIS

As políticas públicas orientadas para a agricultura camponesa foram institucionalizadas no Brasil, de forma mais contundente, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, mostrando-se de fundamental importância para a promoção da SSAN. O PAA é a primeira política de fomento à SSAN e a comercialização dos alimentos produzidos nos assentamentos rurais em todo o processo histórico brasileiro (MENDES, 2017). Porém, é notório que praticamente todos os esforços de mobilização, vontade política e investimentos públicos são destinados ao agronegócio. Oliveira e Clemente (2012) afirmam que o agronegócio sempre esteve associado a incorporação acelerada de insumos e a lógica produtivista do pacote tecnológico, visando a exportação de commodities.

Como visto, a estrutura agrária concentrada somada a modernização da agricultura, a incipiência de políticas públicas para o campesinato resultou num processo de pauperização dos camponeses e de diversos grupos sociais historicamente marginalizados (OLIVEIRA; CLEMENTE, 2012). Mesmo diante deste cenário, muitos camponeses permanecem desenvolvendo e fortalecendo suas estratégias de produção e reprodução em seus territórios, a exemplo da promoção da SSAN no assentamento rural Cupim, onde as famílias seguem

produzindo de forma diversificada para o autoconsumo e comercializando o excedente, via o PAA, o PNAE e também por meio de outros canais de comercialização direto com o consumidor, como as feiras-livre e a venda no próprio assentamento e na cidade de Carrasco Bonito. Portanto, a produção de origem camponesa se mostra fundamental para a alimentação dos brasileiros.

A maior parte dos alimentos produzidos do mundo é cultivada e colhida por mais de 2,5 milhões de pequenos agricultores, criadores, habitantes das florestas e pescadores. Mais da metade desses produtores são mulheres, cujos conhecimentos e trabalho cumprem papel fundamental na sustentabilidade dos diversos sistemas alimentares locais existentes em todo o mundo, particularmente nos países em desenvolvimento (PIMBERT, 2009, p. 41).

Corroborando com Pimbert (2009), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2004) afirmou que as contribuições dos assentamentos rurais para a SSAN englobam tantas as oportunidades para as próprias famílias assentadas, quanto os benefícios gerados para região onde os assentamentos rurais se localizam e para a sociedade em geral. “Para as famílias assentadas, o acesso à terra significa a possibilidade de produção de alimentos para o próprio consumo, enquanto põem em marcha suas estratégias de produção e geração de renda” (CONSEA, 2004, p. 21). Isso melhora significativamente o cenário, contribuindo para maior oferta e disponibilidade de alimentos, o que pode contribuir para a reversão do Brasil do mapa da fome.

Deste modo, o conceito de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, segundo a Via Campesina, é entendido como: “o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população com base na pequena e média produção [...]” (ANA, 2007, p. 21). O conceito aprofunda o debate a respeito da cultura dos diversos povos, assentamentos e comunidades rurais, da liberdade e estratégias de produção com uso de sementes crioulas e de práticas sustentáveis e agroecológicas, comercialização em diversos canais, além da gestão coletiva e participativa no âmbito das organizações camponesas.

De acordo com Vigna e Mineiro (2009), o conceito de SSAN foi estimulado no Brasil na década de 1990, a partir de então, os formuladores de políticas públicas governamentais, principalmente as direcionadas a agricultura camponesa, passaram a utilizar o conceito no desenvolvimento de ações e projetos em assentamentos rurais. A utilização deste conceito marca uma nova fase na implementação de políticas públicas, com uma nova proposta de modelo agrícola de produção, contrária à revolução verde. “As críticas ao modelo da revolução verde já estavam fartamente evidenciadas por diversas pesquisas que exemplificavam os seus impactos negativos em todas as dimensões da vida humana, os prejuízos aos recursos naturais e os desequilíbrios que provocam [...]” (VIGNA; MINEIRO, 2009, p. 5).

O conceito de SSAN apresenta-se como ferramenta necessária para a proteção dos camponeses e o fortalecimento dos seus territórios, permitindo a construção de um modelo agrícola alternativo de desenvolvimento. A discussão da SSAN é tema presente em diversas experiências da agricultura camponesa, sendo incorporada por muitas organizações, cooperativas, grupos de mulheres e sindicatos de trabalhadores rurais, apontando um novo caminho de luta e resistência popular (VIGNA; MINEIRO, 2009).

A incorporação da temática sobre a SSAN nas políticas públicas direcionadas à agricultura camponesa são incipientes e começaram a ser implementadas na década de 2000, no início do governo de Luís Inácio Lula da Silva (BRASIL, 2006). O PAA tem como propósito inicial contribuir para diminuir a insegurança alimentar e, posteriormente, apoiar a comercialização dos excedentes produzidos, via mercados institucionais.

Vigna e Mineiro (2009) afirmam que os governos brasileiros demoraram a sinalizar essa

mudança na direção das políticas públicas, com enfoque nos novos paradigmas da SSAN. Em geral, esses programas de governo com enfoque na SSAN foram criados sob pressão dos movimentos sociais, como foi também o caso do PAA, que atualmente se encontra em situação de desmonte. Um exemplo deste desmonte é a diminuição dos recursos financeiros aportados para o PAA (CONAB, 2022). No Tocantins, o programa sobrevive com recursos mínimos, advindos de emendas parlamentares.

Ou seja, a postura oficial do governo brasileiro sempre foi - e continua - sendo beneficiar com investimentos públicos o agronegócio com sua agricultura de exportação de *commodities*, que utiliza os recursos naturais do território, muitas vezes, de forma degradante (STAEVIE, 2018; SILVA *et al.*, 2019; ALVES, 2020).

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e seu caderno denominado “Soberania e Segurança Alimentar” destaca a conexão entre o PAA, a SSAN e os assentamentos rurais, vejamos:

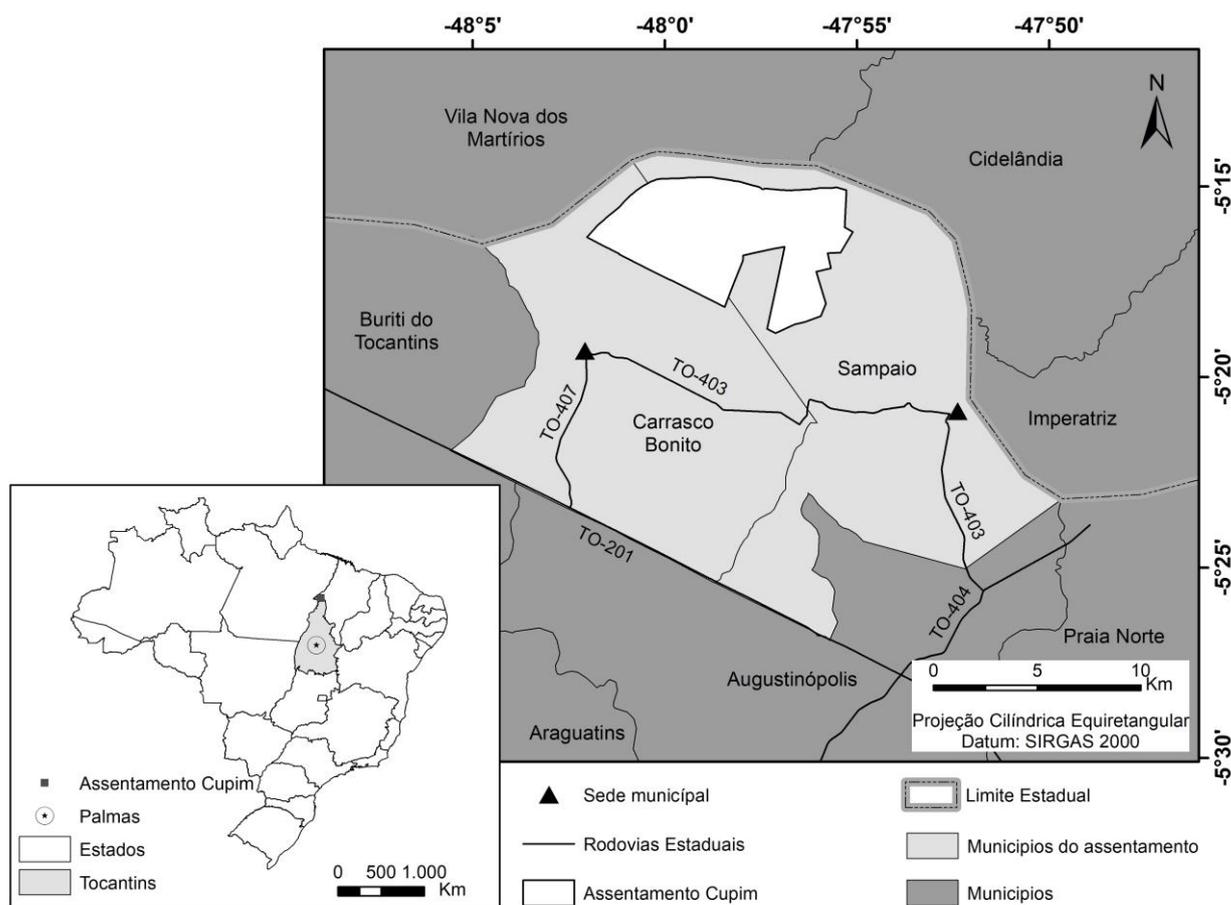
Dentre as ações governamentais na área de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA aparece em muitas das experiências do II ENA [Encontro Nacional de Agroecologia, realizado na UFPE, Recife/PE, em junho de 2006] como um programa que facilitou a consolidação das estratégias de comercialização e de construção de uma nova relação entre agricultores e consumidores de escolas e instituições assistenciais, como asilo e hospitais. O PAA mostrou ser uma excelente ferramenta para garantir renda para os agricultores e alimento de qualidade para crianças e famílias em situação de risco, valorizando o alimento local e regional. Por isso, o programa precisa ser fortalecido, ampliado e transformar-se em verdadeira política pública (ANA, 2007, p. 24).

Ou seja, apesar da estreita relação do PAA com a produção de alimentos, com a comercialização do excedente, com a utilização de sementes crioulas, com as técnicas de plantios agroecológicas, esses conhecimentos, muitas vezes, não são reconhecidos pelos gestores públicos, visto que a direção de algumas escolas preferem investir em grandes grupos econômicos em detrimento da compra institucional de organizações camponesas. Portanto, a discussão sobre as políticas públicas [PAA], a SSAN e os assentamentos rurais se tornam necessárias, atuais e englobam enfoques políticos e práticas sociais e produtivas que precisam ser valorizadas e reconhecidas por meio de ações e programas públicos que fortaleçam a agricultura camponesa.

### 3. O ASSENTAMENTO RURAL CUPIM

O assentamento rural Cupim, localizado nos municípios de Sampaio e Carrasco Bonito, extremo Norte do Tocantins, possui uma área territorial total de 5.366,61 hectares, sendo 3.819,06 hectares pertencentes a Sampaio (71,16%) e 1.547,55 (28,84%) pertencentes a Carrasco Bonito (Figura 1).

Os municípios de Sampaio e Carrasco Bonito estão respectivamente há 694 km e 750 km de distância da capital do estado, Palmas. Os dois municípios integram a Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio, juntamente com outros 23 municípios, a saber: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis. A região apresenta vegetação de cerrado e áreas de transição amazônica, tendo como principal uso antrópico, a pecuária e mais recentemente a agricultura convencional.



**Figura 1** - Localização do assentamento Cupim. Fonte: Os autores, 2022.

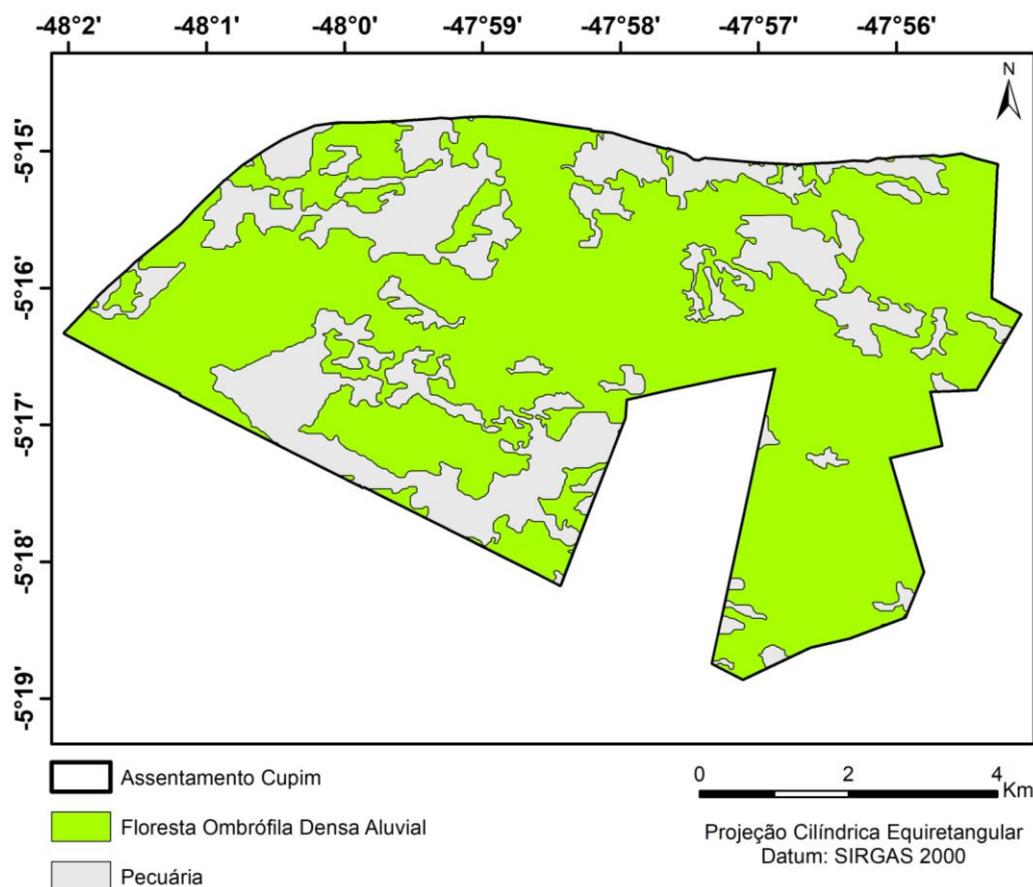
Na região do Bico do Papagaio, existem 107 assentamentos distribuídos nos municípios integrantes (INCRA, 2017), além de diversas comunidades e povos tradicionais. Os assentamentos rurais são territórios de luta, conflitos e resistências para a conquista da terra e com territorialidades específicas, contribuindo para que milhares de pessoas tenham acesso à propriedade da terra e possam viver em condições dignas, produzindo alimentos para o consumo próprio e comercializando o excedente, contribuindo com a economia local e/ou regional.

Nesta conjuntura está localizado o assentamento rural Cupim, embora o assentamento esteja localizado nos municípios de Sampaio e Carrasco Bonito, os camponeses possuem maior vínculo econômico, social e administrativo com Carrasco Bonito, visto que a sede do assentamento se localiza neste município e as estradas vicinais do assentamento dão acesso à sede municipal carrascoense. O assentamento rural Cupim conta com a seguinte infraestrutura/serviços: energia elétrica, pontes de cimento na estrada que leva ao assentamento, transporte escolar e agentes de saúde que visitam as famílias camponesas mensalmente.

O assentamento rural Cupim foi criado em 02 de setembro de 1992, possui capacidade de suporte para atender 77 famílias, porém em 2017, existiam 67 famílias assentadas, segundo o INCRA (2017), a extensão dos lotes varia de 13,44 hectares a 33,88 hectares. As principais culturas encontradas no assentamento são: abóbora, arroz, banana, batata doce, feijão, jiló, mandioca, mamão, melancia, milho, laranja, limão, entre outras, além da criação de pequenos animais e bovinos.

Quanto às características ambientais, apresentamos os dados da cobertura vegetal, uso da terra e as classes de solos do assentamento rural Cupim. A cobertura vegetal predominante no assentamento é a Floresta Ombrófila Densa Aluvial em 3.883,91 hectares, ou seja, 72,37% do

assentamento (Figura 2). Este tipo de vegetação se caracteriza por uma “formação ribeirinha ou floresta ciliar” que ocorre ao longo dos cursos de água, ocupando os terraços antigos das planícies quaternárias [...]. É uma formação com muitas palmeiras no estrato dominado e na submata, e nesta ocorrem nanofanerófitos e alguns caméfitos no meio de plântulas [...]”, segundo o Manual Técnico da Vegetação Brasileira do IBGE (2013, p. 67). Esse tipo de vegetação se justifica no assentamento rural Cupim, visto que o mesmo está próximo às margens do rio Tocantins.

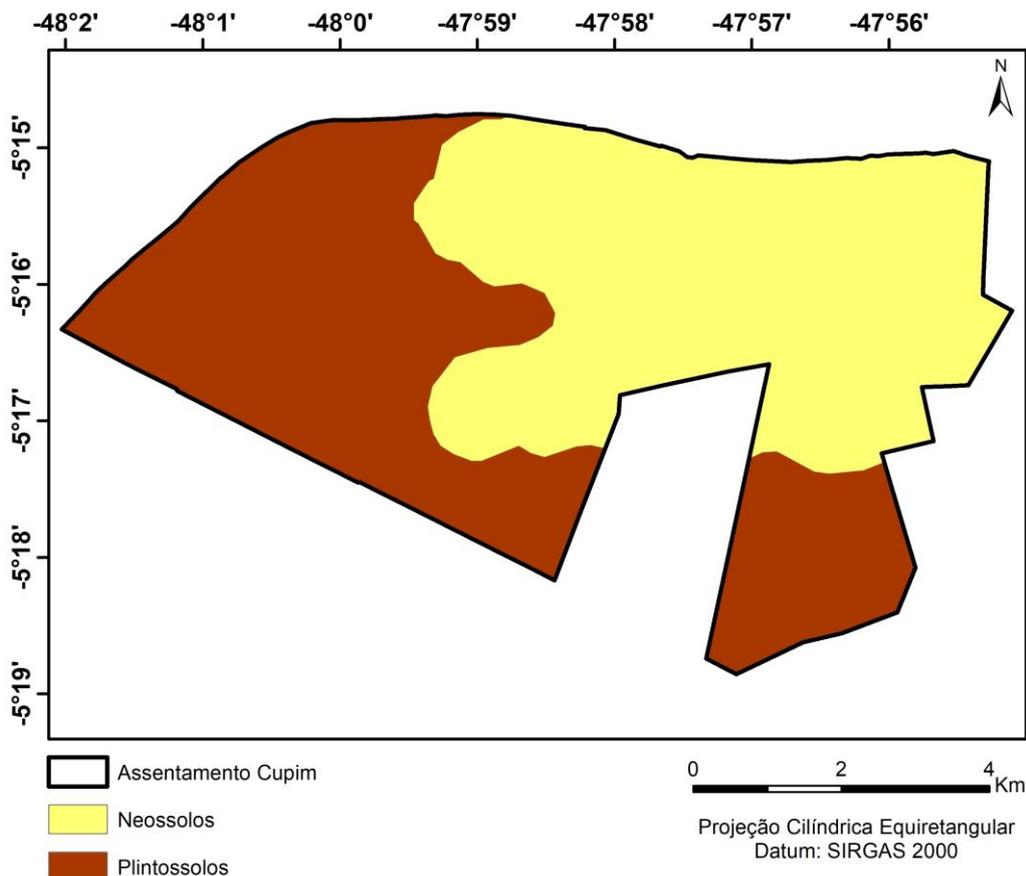


**Figura 2** – Cobertura vegetal e uso da terra do assentamento Cupim, ano 2021. Fonte: INPE, elaborado pelos autores, 2022.

No uso da terra, a principal atividade identificada foi a pecuária, com 1.482,70 hectares de pastagens, ou seja, 27,63% do uso do território do assentamento rural Cupim. Essas áreas são onde os camponeses criam bovinos. A partir dos dados, afirma-se que o assentamento rural Cupim está conservado, uma vez que mais de 72% do território mantém a vegetação nativa e intacta (Figura 2). Segundo Klink e Machado (2005), muitas vezes as espécies vegetais nativas do cerrado e áreas de transição são menosprezadas e não valorizadas, o que não acontece no assentamento rural Cupim, visto que os camponeses utilizam plantas medicinais e frutíferas, muitas vezes enriquecendo áreas de vegetação com espécies de interesse alimentar e econômico e mantendo a “floresta em pé”, conforme observado na figura 2.

Segundo a Embrapa (2022), por meio da Agência Embrapa de Informação Tecnológica, no Brasil há 13 grandes classes de solos. Essa diversidade e variedade de solos está diretamente ligada às formas e aos tipos de relevo, material de origem, tipos de vegetação e micro-organismos presentes no solo, sendo que os Argissolos e os Neossolos se distribuem em aproximadamente 70% do território brasileiro.

No assentamento rural Cupim está presente dois tipos de solos, a saber: Neossolos, com 2.722,40 hectares, ou seja, 50,73% do território; tendo a segunda classe de solo identificada como Plintossolos, com 2.644,21 hectares, ou seja, 49,27%. (Figura 3).



**Figura 3** – Classes de solo do assentamento Cupim. Fonte: INPE, elaborado pelos autores, 2022.

Os Neossolos em geral apresentam de média a alta fertilidade, são pouco profundos em decorrência de seu baixo grau de intemperismo e ocupam áreas sedimentares baixas de várzeas ou terraços (EMBRAPA, 2022). Essas características podem ser importantes para o cultivo de algumas culturas. Os Plintossolos também ocupam áreas sedimentares baixas de várzeas e apresentam as seguintes características:

São solos geralmente profundos, imperfeitamente ou moderadamente drenados, formados sob condições de restrição à percolação de água. Apresentam um horizonte com mosqueados vermelhos e amarelos, macios quando úmidos, mas que endurecem irreversivelmente quando secam, formando nódulos duros, identificados como plintita. São em geral de fertilidade baixa (EMBRAPA, 2022, p. 2).

Portanto, o conhecimento prévio das características produtivas e ambientais são fundamentais para o planejamento da produção dos camponeses, além de ser útil também para os gestores públicos na implementação de políticas públicas, como por exemplo, manutenção de estradas vicinais para escoamento da produção, apoio para o transporte de alimentos do assentamento rural Cupim até o mercado consumidor, efetivação de mecanismos que facilitem a entrada de alimentos nas escolas municipais e capacitação do corpo técnico das escolas municipais que trabalham com a alimentação escolar provenientes dos camponeses.

#### 4. O PAA NO ASSENTAMENTO RURAL CUPIM

O PAA se apresenta como uma política pública importante e eficaz para apoiar a produção diversificada dos camponeses, principalmente no que tange a promoção da SSAN e posteriormente a comercialização do excedente. “Essa política [PAA] contribui na própria organização dos camponeses, uma vez que auxilia no planejamento da produção e incentiva o associativismo e/ou cooperativismo e a produção agroecológica” (MENDES, 2017, p. 113).

De acordo com dados da Conab (2022), os camponeses do estado do Tocantins vêm acessando a política pública PAA, desde de 2010, por meio da modalidade da Compra com Doação Simultânea (PAA-CDS) (Quadro 1).

**Quadro 1** - Municípios tocaninenses que acessaram o PAA-CDS, de 2010 a 2020.

Municípios tocaninenses	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Aliança do Tocantins	x	x	x	x		x					
Ananás				x				x			
Araguaçu	x	x	x		x	x		x	x		x
Araguaína				x		x					
Aguiarnópolis					x						
Arraias	x										
Augustinópolis		x	x		x			x			x
Brejinho de Nazaré						x					x
Burití do Tocantins										x	
Cachoeirinha				x							
Carrasco Bonito					x		x		x		x
Esperantina				x		x		x		x	x
Darcinópolis				x							
Dianópolis	x			x	x						
Goianorte											x
Goiatins						x					
Gurupi		x	x	x	x			x			x
Itaguatins											x
Jáú do Tocantins	x										
Maurilândia do Tocantins				x							x
Muricilândia					x	x					
Nazaré				x							
Nova Olinda	x	x	x		x						
Novo Acordo		x	x								
Palmas	x									x	x
Peixe				x							
Palmeirópolis			x	x	x		x			x	x
Paraíso do Tocantins											x
Piraquê				x	x		x				
Ponte Alta do Tocantins		x	x								
Porto Nacional											x
Riachinho	x	x	x					x	x		
Rio Sono											x
Sampaio					x	x	x				x
Santa Fé do Araguaia		x	x								
Santa Tereza do Tocantins	x	x									
Santa Terezinha do Tocantins	x	x		x			x	x			x
São Bento do				x							

Tocantins											
São Miguel do Tocantins								x			x
São Sebastião do Tocantins											x
Sítio Novo do Tocantins					x	x		x			x
Wanderlândia	x				x		x				

Fonte: Conab (2022). Organização: os autores, 2022.

Conforme visto, no período de dez anos [2010-2020],<sup>42</sup> municípios tocantinenses acessaram o PAA-CDS, destes municípios, 15 estão localizados na Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio, o que demonstra a vocação dos camponeses da região para a produção de alimentos diversificados e de uso sustentável dos recursos naturais do território. Porém, é necessário investimentos em políticas públicas, como o PAA, a fim de atender o público dos demais assentamentos rurais que ainda não conseguiram acessar a tal política pública.

O PAA-CDS é a modalidade de execução mais acessada pelos camponeses em todo o Brasil, desde a criação do programa em 2003, além disso, é a modalidade com maior aporte de recursos financeiros em relação às outras modalidades, porém, os recursos vêm diminuindo ano a ano, o que pode comprometer o funcionamento da política pública. Em muitos Estados, o PAA-CDS sobrevive graças a emendas parlamentares e recursos estaduais (MENDES; NEVES; MACHADO, 2019).

O projeto PAA-CDS [2020-2021] do assentamento rural Cupim atende 44 camponeses e suas famílias, o valor formalizado atualmente é de R\$ 8.000,00 por família, sendo este o limite máximo por Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) (CONAB, 2022). A DAP é o principal documento para acesso a linhas de crédito do governo federal, como o PAA e o PNAE, entre outros.

A questão da DAP é um dos principais entraves para os camponeses, pois muitos ainda não possuem o documento, devido a não terem a documentação das suas propriedades no assentamento, o que acaba gerando prejuízos financeiros. No meio rural brasileiro, muitos camponeses ainda não têm documentos, como o Registro Geral e Cadastro de Pessoa Física, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

A respeito desses entraves em relação ao PAA, e das dificuldades de ter a documentação necessária para acesso aos projetos e para as linhas de crédito do governo federal, os pesquisadores Schmitt e Guimarães (2008, p. 13) já chamavam a atenção em 2008 para:

[...] Uma série de limitações operacionais são enfrentados pelos órgãos governamentais na implementação do PAA, entre elas atraso na liberação de recursos, problemas de acesso por parte dos agricultores à documentação exigida e falta de convergência entre diferentes instrumentos de política pública que poderiam dar suporte às ações do programa. Existem também fragilidades organizativas e de gestão a serem superadas pelas redes e organizações envolvidas localmente na construção do trabalho, tais como melhor acompanhamentos das entregas, qualificação das formas de acesso dos beneficiários aos alimentos e fortalecimento da sua atuação em outros circuitos de comercialização de forma a minimizar a dependência em relação ao mercado institucional.

Mesmo com todas essas dificuldades e entraves, o PAA-CDS se mostra estratégico e inovador para a agricultura camponesa. Schmitt e Guimarães (2008, p. 12) afirmam que “[...] a garantia de comercialização oferecida pelo programa [PAA], serve de estímulo para que os agricultores cultivem essa diversidade, tanto para a aquisição por meio do PAA e de outros mercados como para a alimentação da família”.

Porto (2008) destaca que o PAA tem sido um instrumento importante para a orientação

do estado no campo da produção de alimentos e fomento da SSAN, uma vez que pode responder em parte ao desafio de aumentar a oferta de alimentos e fortalecer as redes de comercialização locais e/ou regionais, além de incentivar a formação/fortalecimento de organizações camponesas, como associações, cooperativas, grupos de mulheres, entre outros.

Os camponeses do assentamento rural Cupim acessam o PAA-CDS via organização denominada Associação Comunitária dos Lavradores do Projeto de Assentamento Cupim (ALPAC), a mesma foi fundada em 2013, possui 71 associados (as) e sua sede está localizada na área social do próprio assentamento, o que facilita a comercialização e o acesso aos mercados institucionais, diminuindo o custo de uma comercialização individual. Os pesquisadores Melo, Ribeiro e Galizoni (2008), da Universidade Federal de Lavras (UFV) e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) em pesquisa sobre experiências coletivas em comunidades e assentamento rurais de Minas Gerais afirmam que:

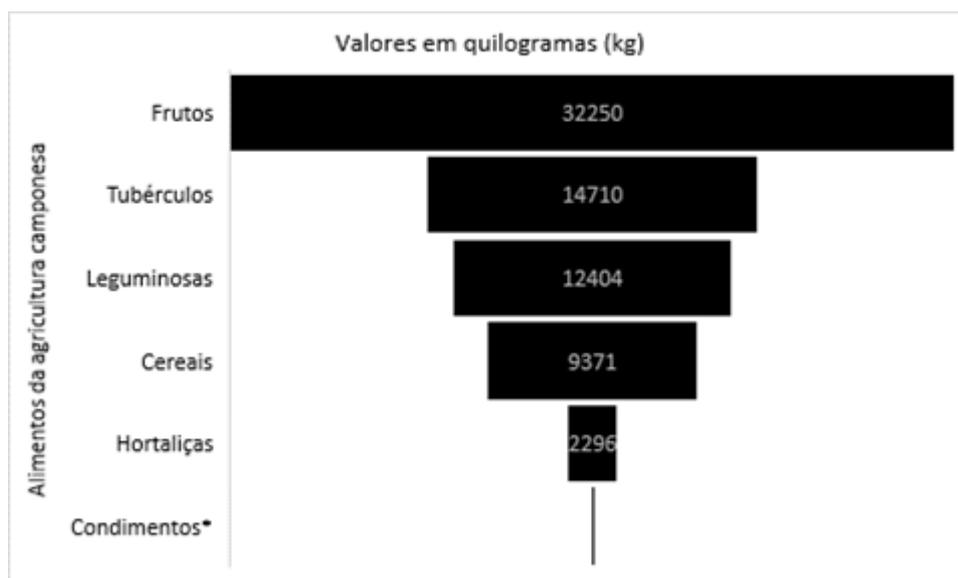
Todas essas organizações exercem um papel relevante na trajetória das famílias rurais ao estimularem pequenos projetos associativos comunitários, considerado pelas comunidades como um meio para realizar conquistas importantes: seja o equipamento de beneficiamento da mandioca ou a colocação da rapadura em mercados, seja a geração de renda por meio de artesanato ou melhoria da alimentação do rebanho. Os agricultores identificam, portanto, saldo positivo nessas experiências coletivas e reconhecem a importância da atuação das organizações mediadoras para obtenção desses resultados, sempre destacados como vitórias alcançadas na luta pela melhoria de vida (MELO; RIBEIRO; GALIZONI, 2008, p. 15).

Outra questão que merece destaque quando se discute as formas de organização camponesa é a comercialização, uma vez que o acesso aos mercados locais e institucionais e outros canais de venda são entraves que os camponeses enfrentam e sem a implementação de políticas públicas, como o PAA e o PNAE, o cenário fica mais difícil. Portanto, as organizações dos agricultores, seja ela uma associação e/ou cooperativa ou outra denominação contribui diretamente para o enfrentamento dos problemas, principalmente na organização social e produtiva e na comercialização.

Grisa *et al.* (2011) afirmam que a partir da criação do PAA, inaugura-se uma nova dimensão no âmbito das políticas públicas de apoio à produção diversificada e comercialização. “O PAA sinaliza um novo estágio no que se refere às políticas de fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo porque abre um canal de comercialização social garantindo a aquisição de seus produtos pelo Estado [...]” (GRISA *et al.*, 2010, p. 37).

Em seguida, detalha-se os alimentos produzidos no assentamento rural Cupim e comercializados via política PAA-CDS, no período de 2020 a 2021. Os alimentos são diversificados e com qualidade, totalizando 71.062 quilogramas (kg), os quais foram divididos em seis categorias, a saber: 1) cereais (milho em espiga com palha verde); 2) condimentos (pimenta de cheiro); 3) frutos (abóbora comum, abobrinha verde, banana caipira, banana da terra, banana maçã, banana marmelo, banana pacovan, banana prata, coco seco, coco verde, jiló, laranja comum, limão comum, mamão comum, maxixe, melancia, pepino, quiabo); 4) hortaliças (alface, cheiro verde, couve); 5) leguminosas (amendoim, feijão caupi, feijão comum, feijão verde); 6) tubérculos (raiz de mandioca) (CONAB, 2022).

A seguir, apresenta-se o ranqueamento dos alimentos comercializados pelo assentamento Cupim, por meio da ALPAC, via PAA-CDS, observa-se que os frutos e os tubérculos foram os alimentos mais ofertados para o consumo, com 66,08% dos alimentos recebidos pelas entidades atendidas pela ALPAC (Figura 4).



\* Não foi possível quantificar a quantidade de pimenta (31kg), representada pela categoria condimentos, devido a pouca quantidade em quilogramas desse alimento em relação aos demais.

**Figura 4** – Ranqueamento dos alimentos da agricultura camponesa, produzidos e comercializados via PAA-CDS, de 2020 a 2021, no assentamento Cupim. **Fonte:** Conab (2022), elaborado pelos autores, 2022.

Todos esses alimentos, agrupados em seis categorias, contribuem para uma alimentação saudável, diversificada e de qualidade para os beneficiários do PAA-CDS do assentamento rural Cupim e para as pessoas atendidas pelas entidades sociais que recebem esses alimentos. Portanto, “é enorme e indispensável sua contribuição [da agricultura camponesa] para a produção de alimentos, a geração de emprego e renda, a sustentabilidade e o desenvolvimento de modo geral” (PLOEG, 2009, p. 17).

De acordo com o Ploeg (2009) a superioridade da agricultura camponesa é visível, não somente em nações de desenvolvimento, seja em termos de diversidade, produtividade e capacidade de produzir alimentos em quantidade e qualidade. O autor afirma que:

Se os camponeses tiverem espaço sociopolítico e econômico, eles podem promover níveis de produtividade e de produção às vezes impressionantes (como no caso da história agrária holandesa de 1850 e 1950). Contudo, se esse espaço é cada vez mais limitado (ou em vias de ser expropriado), então podem ocorrer drásticos retrocessos. Isso significa que aqueles que tentam promover o campesinato devem contribuir o quanto possível para ampliação da autonomia, assim como apoiar ações voltadas para o fortalecimento da produção e da sustentabilidade (PLOEG, 2009, p. 30).

Quanto aos recursos financeiros provenientes do acesso aos mercados institucionais, foram gerados R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) pela comercialização dos 71.062 kg de alimentos elencados acima. Mendes (2017) afirma que os valores destinados ao PAA são irrisórios em relação ao financiamento da agricultura convencional. O autor também enfatiza que “as compras governamentais precisam ser fortalecidas no Brasil, visto que a comercialização é o problema principal para as famílias camponesas, caso o PAA seja extinto, será um retrocesso grande para o setor (MENDES, 2017, p. 128).

Segundo Pandolfo (2008), o PAA da Conab tem demonstrado seu papel dinamizador das economias locais e/ou regionais, enfrentando o problema da comercialização e abrindo um canal importante de compras públicas institucionais. “Entre os principais problemas, destacamos a necessidade de vender produtos com preços baixos para sustentar uma estratégia perversa de industrialização e urbanização, legislações inadequadas voltadas para atender interesses das

grandes indústrias” (PANDOLFO, 2008, p. 14).

Portanto, a implementação do PAA-CDS tem ajudado a estruturar uma rede de produção e comercialização de alimentos em várias regiões, principalmente em municípios, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) muito baixo, baixo e médio (MENDES, 2017), o que se verifica em Carrasco Bonito e Sampaio, respectivamente IDHM de 0,594 e 0,606 (PNUD, 2010). Em geral, os municípios da Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio apresentam certa homogeneidade do IDHM, apresentando-se como baixo e médio, como é o caso de Carrasco Bonito e Sampaio.

E por fim, analisou-se as entidades sociais e educativas receptoras dos alimentos produzidos pelo assentamento rural Cupim, via ALPAC. É importante destacar que as entidades sociais desempenham papel fundamental na operacionalização da modalidade PAA-CDS, visto que a quantidade de alimentos por projetos é diretamente ligada ao número de pessoas atendidas por essas entidades.

Nos 139 municípios do estado do Tocantins, há diversas instituições sociais e educativas que estão aptas a receber alimentos dos camponeses, entre elas: escolas públicas, escolas especiais, como a Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE), asilos, creches, hospitais. Na concepção inicial do PAA, em 2003, por influência direta do CONSEA, além das entidades sociais, as famílias cadastradas nos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) dos municípios podem ter acesso a cestas de alimentos dos camponeses.

Segundo a Conab/MDA (2015), as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica devem procurar uma das entidades/rede socioassistencial existentes nos municípios para cadastro e inclusão no programa PAA, a partir daí as famílias cadastradas passam a receber alimentos diretamente da agricultura camponesa, via CRAS.

No caso do projeto PAA-CDS do assentamento rural Cupim, são seis escolas públicas da Educação Básica e um CRAS que recebem os alimentos dos camponeses, todas as entidades estão localizadas no município de Carrasco Bonito, destas cinco estão localizadas na área urbana, quais sejam: 1) Escola Estadual Cícero Gomes de Jesus, que atende em média, 200 discentes; 2) Centro Municipal de Educação Infantil Noé de Gonçalves, que atende 144 discentes; 3) Escola Municipal Jales Machado, que atende 121 discentes; 4) Escola Municipal Tiradentes, que atende 217 discentes; e 5) CRAS de Carrasco Bonito, que atende 60 pessoas em vulnerabilidade econômica e social via instituição de amparo ao idoso. Na área rural são: 6) Escola Municipal Comecinho de Vida, que atende 80 discentes; e 7) Escola Estadual Inês Viana Costa, que atende 135 discentes.

Quando as entidades receptoras de alimentos são as escolas da rede pública, os gestores municipais e estaduais não podem diminuir os recursos financeiros advindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) previsto em lei, destinados à alimentação escolar (MENDES, 2017).

No total, somente pelo PAA-CDS (2020/2021) do assentamento rural Cupim, são atendidas 957 pessoas, o que demonstra a articulação entre a política pública, a SSAN e os assentamentos rurais enquanto territórios de produção de alimentos diversificados em quantidade e qualidade, resistências e conservação dos recursos naturais do território.

Segundo Pacheco (2009), diversas experiências do campesinato brasileiro, em diferentes territórios têm como tema mobilizador e articulador a SSAN, a exemplo, a experiência do assentamento rural Cupim. A pesquisadora afirma que os camponeses desempenham um papel importante e histórico no fornecimento de alimentos, muitas vezes agroecológicos, para o enfrentamento dos mais diversos contextos em que se manifesta a insegurança alimentar. Por isso, a importância de manutenção e fortalecimento de políticas públicas direcionadas para a agricultura camponesa, como o PAA.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre o PAA no assentamento rural Cupim, mostra quanto o trabalho de produção de alimentos diversificados, comercialização em mercados institucionais, além da importância dos camponeses se estabelecerem em organização coletiva vem contribuindo para melhorias de vida no campo e para (re)afirmação de que a agricultura camponesa é vital para o desenvolvimento local e/ou regional, principalmente em municípios distantes de grandes centros e com pouca oferta de renda e de trabalho, como é o caso de Sampaio e Carrasco Bonito.

Ademais, observa-se que o PAA-CDS, operacionalizado pela Conab/TO, desenvolvido no assentamento rural Cupim, por iniciativa da Associação Comunitária dos Lavradores do Projeto de Assentamento Cupim, se apresenta como um instrumento de fomento à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e diversificação dos canais de comercialização, uma vez que permite que os camponeses definam quais alimentos produzir, quais estratégias de produção adotar, além de possibilitar a comercialização por meio de mercados institucionais, fortalecendo seus territórios e consequentemente a agricultura camponesa.

Por fim, é necessário a luta conjunta de camponeses por meio de suas organizações, movimentos sociais, sociedade civil organizada, universidades e centros de pesquisa para que o Programa de Aquisição de Alimentos não seja extinto. Outrossim, é necessário que os próximos governos assumam uma agenda com os camponeses e com os movimentos sociais, a fim de que o PAA se transforme em uma política de Estado, com recursos garantidos no orçamento da União.

## AGRADECIMENTOS

Ao projeto de pesquisa denominado: “Biogeografia, paisagem e agroecologia na Amazônia Legal: uma análise na Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio/TO” (UFT/GPU/2846).

Ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/Amazônia), por meio do projeto “Desenvolvimento e dinâmica das classes sociais populares em territórios na Amazônia”, desenvolvido pela UEMA, UFPA e UFT.

## REFERÊNCIAS

ALVES, V. E. L. Expansão do Agronegócio e impactos socioambientais na região de Cerrados do Centro Norte do Brasil (Matopiba). *Confins*, n. 45, p. 1-13, 2020.

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. *Caderno de Soberania e Segurança Alimentar*, Rio de Janeiro: GT Soberania e Segurança Alimentar da ANA, 2007, 44p.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.696 de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm). Acesso em: 18 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 11.326 de 24 de junho de 2006**. Dispõe as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm). Acesso em: 28 mar. 2022.

CÂMARA, G.; SOUZA, R. C. M.; FREITAS, U. M.; GARRIDO, J. SPRING: Integrating remote sensing and GIS

by object-oriented data modeling. **Computers & Graphics**, v. 20, n. 3, p. 395-403, 1996.

CONAB/MDA. Companhia Nacional de Abastecimento. **Cartilha Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar**: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. 2012. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: [https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura\\_familiar/Cartilha\\_PAA.pdf](https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf). Acesso em: 26 mar. 2022.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Transparência Pública Alimenta Brasil**. 2022. Disponível em: <https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R. Política de comercialização agrícola no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora: UFRGS, 2015, p. 129-149.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. CONSEA: Cidade Editora, Brasília, 2004.

EMPRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Extensão e distribuição de solos**. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/arroz/arvore/CONT000fesi63xh02wx5eo0y53mhyx67oxh3.html>. Acesso em 20 mar. 2022.

FLORENZANO, T. G. **Iniciação em Sensoriamento Remoto**. 3 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro/RJ, v. 8, n. 3, p. 34-41, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 271p.

IN CRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. 2017. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 20 mar. 2022.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, Belo Horizonte/MG, v. 1, n. 1, p. 147-155, 2005.

MENDES, M. F. **Políticas públicas em assentamentos rurais**: potencialidades e limitações do PAA e do PNAE em Mato Grosso. 2017. 235f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO, 2017.

MENDES, M. F.; NEVES, S. M. A. N.; MACHADO, T. S. The Food Acquisition Program as an inducer of food sovereignty. **Mercator**, Fortaleza/CE, v.18, e18024, p. 1-15, 2019.

MELO, A. P. G.; RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Notas sobre projetos de geração de renda e experiências econômicas coletivas em comunidades e assentamentos rurais de Minas Gerais. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro/RJ, v. 5, n. 4, p. 13-17, 2008.

OLIVEIRA, A. R.; CLEMENTE, E. C. Desenvolvimento territorial em questão: análise das políticas brasileiras voltadas ao campo brasileiro. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 8, n. 10, p. 17-32, 2012.

PACHECO, M. E. L. Os caminhos da mudança na construção da agroecologia pelas mulheres. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro/RJ, v. 5, n. 4, p. 14-17, 2008.

PANDOLFO, M. C. O programa de Aquisição de Alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro/RJ, v. 6, n. 4, p. 4-8, 2009.

PIMBERT, M. Mulheres e soberania Alimentar. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro/RJ, v. 6, n. 4, p. 41-45, 2009.

PLOEG, J. D. V. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar**

**camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 17-32.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. **IDHM municípios 2010.** Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 26 mar. 2021.

PORTO, S. I. Acesso a mercados: desafios e oportunidades. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro/RJ, v. 5, n, 2, p. 4-6, 2008.

SCHMITT, C. J.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro/RJ, v. 5, n, 2, p. 7-13, 2008.

SILVA, A. L., SOUZA, C.; ELOY, L.; PASSOS, C. J. S. Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa unidade de conservação no oeste da Bahia. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 22, n. 47, p. 321-347, 2019.

STAEVIE, P. M. Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 21, n. 42, p. 98-112, 2018.

VIGNA, E.; MINEIRO, A. S. Soberania, segurança alimentar e liberação comercial. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro/RJ, ano 33, n. 119, p. 4-8, 2009.